

XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação –
XIII ENANCIB 2012

GT 2: Organização e Representação do Conhecimento

*ORDO LIBRORUM: A ORDEM DOS LIVROS NA LIVRARIA DE SÃO BENTO
DE SÃO PAULO (SÉCS. XVI-XVIII)*

Comunicação Oral
André de Araújo – UFRJ
armarius.araujo@gmail.com

ORDO LIBRORUM¹: A ORDEM DOS LIVROS NA LIVRARIA DE SÃO BENTO DE SÃO PAULO (SÉCS. XVI-XVIII)

Resumo

O trabalho trata da ordem dos livros antigos da *Livraria de São Bento* (antiga denominação para Biblioteca do Mosteiro de São Bento de São Paulo). Para tanto, a matriz teórico-metodológica advém não só da bibliografia histórica e da História Cultural, mas também do estudo inicial da organização de bibliotecas e catálogos beneditinos no contexto medieval e pós-medieval e sua intersecção com as características dos livros antigos, dos Sécs. XV-XVIII, que hoje estão na Biblioteca. A investigação indica a existência de uma “ordem dos livros” (*ordo librorum*) pautada tanto na cultura livresca dos beneditinos (originada no Medievo) quanto nas tradições bibliográficas beneditinas da Europa Moderna. Nesta perspectiva, o Mosteiro manteve uma *Livraria* em que monges-bibliotecários (ou monges-bibliógrafos) preocupavam-se não só em adquirir e conservar seus livros, mas também em organizá-los e acessá-los. A ordem bibliográfica da *Livraria* mantém vínculos com as articulações intelectuais de seu tempo, bem como com as relações de controle e de poder - aspectos fundamentados nas raízes trans-medievais da *Livraria* e no modelo recorrente de bibliotecas claustrais.

Palavras-chave

Ordem dos Livros; Bibliografia Histórica; Biblioteca do Mosteiro de São Bento (História) – Sécs. XVI-XVIII – São Paulo; Bibliotecas Beneditinas; Bibliógrafos; Bibliotecários Beneditinos; Cultura Monástica; *Livraria de São Bento*.

INTRODUÇÃO

Este trabalho, que se desenvolve no contexto do monaquismo beneditino de São Paulo (Sécs. XVI-XVIII), pretende, sob ótica da História, notadamente a História Cultural, contribuir à área de Organização e Representação do Conhecimento uma vez que a abordagem contextual das práticas de organização da informação e do conhecimento, em diferentes espaços e temporalidades, pode nos trazer novas perspectivas e respostas para antigos e novos problemas.

Entendida não mais como uma entre as diversas disciplinas históricas especializadas, a História Cultural constitui um campo multidisciplinar, sendo capaz de unir temas dispersos por disciplinas específicas.

¹ *Ordo librorum* é a expressão impressa pelo humanista suíço Conrad Gesner (Séc. XVI) que significa “a ordem dos livros”; foi adotada pelo historiador Roger Chartier como título de um de seus trabalhos.

De acordo com Roger Chartier (1990, p. 16): “A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.

A História Cultural tem construído um percurso historiográfico que constitui elementos teórico-metodológicos para o estudo de um dos objetos culturais mais significativos à compreensão das práticas culturais: o livro.

Neste sentido, o estudo histórico-cultural dos livros, em perspectivas múltiplas, tem também permitido compreender instituições de informação (como as bibliotecas), assim como o universo da leitura e dos leitores no tempo.

Chartier (1998), ao estudar as comunidades de leitores e a história das bibliotecas na Europa moderna, olha para o livro e para a forma impressa como uma ordem de mediação entre a ordem da escrita e a ordem da leitura², imaginando a possibilidade de integração entre história documental e história cultural.

Em nosso estudo, nos interessa especificamente a abordagem defendida pelo historiador em que considera a história social do livro sob a dimensão do objeto, através dos sistemas de classificação instituídos pelo desenvolvimento da biblioteca e da ciência bibliográfica (CHARTIER, 2002).

Esta possibilidade de diálogo entre História Cultural e as práticas bibliográficas também é confirmada por Crippa (2011, p. 15-16):

[...] o olhar de escolas históricas voltadas para uma pesquisa indiciária, como propõe Carlo Ginzburg, ou para os estudos de uma História Cultural, como no caso de Chartier, Darnton ou Burke, apresentam perspectivas renovadas em estudos históricos sobre as atividades bibliográficas e de catalogação, propondo abordagens inéditas de análise dos sistemas de produção, seleção, organização e mediação cultural de objetos já amplamente estudados: os livros, as coleções, os registros materiais que, em algum momento, se tornaram dignos de serem preservado e disseminados para a constituição da ciência moderna. Esta história possui metodologias próprias, objeto de discussão do campo histórico, e não da Ciência da Informação, mas cujos resultados a colocam na fronteira disciplinar das duas áreas. É imperativo, para o historiador, o questionamento sobre como estamos, hoje, constituindo a memória da qual atingirão às gerações futuras.

Portanto, pretendemos contribuir aos estudos históricos sobre as práticas bibliográficas, catalográficas e classificatórias, em uma tentativa de ampliar e mesmo deslocar a tradicional abordagem prática e funcional (por não dizer meramente tecnicista) para uma reflexão teórico-metodológica dos instrumentos e produtos da Organização e Representação

² Aquilo que Chartier designa por ordem dos livros se transformaria em uma ordem do texto, em uma ordem do livro enquanto objeto e em uma ordem da leitura.

do Conhecimento em múltiplas temporalidades e contextos culturais.

Esta pesquisa se justifica na área de Organização e Representação do Conhecimento pois:

A ordenação é, na verdade, um recurso da Organização do Conhecimento para acesso à informação. Embora a Organização do Conhecimento e o acesso à informação, sob a égide da Sociedade da Informação, sejam objeto de interesse e do discurso social, a ordenação continua a ser negligenciada (PINHEIRO, 2007, p. 19).

Compreender as origens e a dinâmica da ordem dos livros na *Livraria de São Bento* (Séc. XVI-XVIII) lança novos olhares ao contemporâneo.

LOCUS DA EXPERIÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: A LIVRARIA DE SÃO BENTO DE SÃO PAULO (SÉCS. XVI-XVIII)

A Biblioteca do Mosteiro de São Bento de São Paulo possui uma história de longa duração já que sua origem está na própria fundação do Mosteiro em 1598.

Presume-se que já houvesse uma biblioteca desde a fundação do Mosteiro no Séc XVI. Neste caso, ali já começaria a se constituir um acervo de livros, como prescreve a *Regra de São Bento* (Séc. V) no Capítulo 48: “Nos dias de Quaresma [...] entreguem-se às suas leituras, e até o fim da décima hora trabalhem no que lhes for designado. [...] recebam todos respectivamente livros da **biblioteca** e leiam-nos pela **ordem** e por inteiro [...]” (SÃO BENTO, Cap. 48, 1980, p. 102, grifo nosso).

Era imprescindível a presença de um bibliotecário considerado uma espécie de ‘guarda desta fortaleza’ já que “[...] será de sua competência guardar o precioso depósito que lhe é confiado [...] e que se aponte com exação o lugar em que (o Índice) ocupa na Livraria” (PLANO..., MDCCLXXXIX, p. 139).

Uma rigorosa recomendação das *Constituições* de 1629, que hoje parece-nos exorbitante, nos revela o cuidado dos antigos monges pelos livros:

A fim de que se possa conservar a Biblioteca e ela não seja facilmente dilapidada, ordenamos, em virtude da santa Obediência e sob pena de Excomunhão “ipso facto incurrenda” que nenhum Monge, de qualquer categoria que seja, se atreva a retirar algum livro da Biblioteca, seja por si mesmo, seja por intermédio de outra pessoa, nem com a licença de D. Abade do Mosteiro, nem com a de D. Abade Geral (CONSTITUTIONES..., 1629, p. 192-194 apud JOHNSON, 1975, p.134).

De acordo com as *Diretivas para os Oficiais do Mosteiro*, o bibliotecário deveria se esforçar para que a biblioteca sempre fosse tratada como “venerável lugar regular, digno e religioso”; deveria também nela haver um crucifixo de grandes dimensões. O bibliotecário,

ainda, lembraria ao visitante que falar era permitido somente de maneira breve e com a voz submissa (O BIBLIOTECÁRIO, 1900).

Com base nestas recomendações, a *Livraria de São Bento* foi composta por títulos diversos, cuja aquisição se deu tanto pela compra quanto pela herança.

Do ponto de vista quantitativo, as características da *Livraria de São Bento* acompanharam a tônica de composição das bibliotecas do Séc. XVI ao XVIII: no Séc. XVI havia poucos livros, de modo que o número de proprietários de livros era pequeno e, ainda, cada um deles tinha uma quantia reduzida de volumes, em grande parte referentes à religião; já no Séc. XVII, a situação de posse de livros praticamente não se modificou em relação ao século anterior e no Séc. XVIII assistiu-se uma mudança tanto na posse de livros como na constituição de bibliotecas (VILLALTA, 2002).

Ao preservar fragmentos de suas características ao longo dos tempos, a Biblioteca do Mosteiro de São Bento de São Paulo dispõe hoje de um acervo de livros antigos (Sécs. XV-XVIII), dos quais alguns poucos trazem indicações³ de terem pertencido à *Livraria de São Bento*.

As obras que compõem a *Livraria de São Bento* não só revelam seus aspectos intelectuais em si - pelos autores que as redigiram e pelos seus conteúdos - mas também revelam elementos intelectuais dos próprios monges-leitores daquele tempo, de modo que representam as seguintes áreas: Teologia (e seus diversos desdobramentos), Escritores Eclesiásticos, História Eclesiástica, Monaquismo, História Profana, Literatura, Filosofia, Direito Canônico dentre outras áreas do conhecimento.

Para nos aproximarmos da “ordem dos livros” presentes na *Livraria de São Bento* precisamos ir ao encontro das práticas livrescas medievais que a fundamentaram.

PRECEDENTES DA ORDEM BIBLIOGRÁFICA NA LIVRARIA DE SÃO BENTO: BREVES APONTAMENTOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS LIVROS NO CONTEXTO BENEDITINO MEDIEVAL E PÓS-MEDIEVAL

Ao longo da Idade Média, monges e religiosos sempre estiveram associados a bibliotecas pois frequentemente eram representados no meio de livros, seja os copiando ou os lendo. Tal imagem esteve em evidência e de forma bastante diversificada nas comunidades monásticas e religiosas observantes da Regra de São Bento, seja no Velho ou no Novo Mundo.

³ Possuem tanto marcas de propriedade quanto marcas de leitura, que são sinais (anotações) pelos antigos leitores.

Para entendermos como se dava a organização dos livros no contexto beneditino medieval e pós-medieval, partamos da Regra de São Bento. Nela, não identificamos explicitamente a figura do bibliotecário, mas nos cerimoniais da distribuição anual dos livros no primeiro dia da Quaresma – que partiram justamente do Capítulo 48 da Regra - vê-se o seguinte: “[...] o bibliotecário traz para o meio da sala capitular os livros que a reserva contém; com uma **lista**, ele **controla** se todos entregam os livros que lhes foram emprestados no ano precedente, e redistribui a cada um outro livro, seguindo as ordens do Abade” (MUNDÓ, 1950, p. 66, grifo nosso) .

Embora a existência de uma figura que cuide da circulação e da organização de livros nos mosteiros esteja presente nas interpretações da Regra de São Bento, é em Cassiodoro (Séc.VI)⁴ que fica evidente a concepção de um bibliotecário monástico erudito, para além dos procedimentos práticos da Regra.

Para instruir e guiar aqueles que o seguiam em Vivarium, Cassiodoro redigiu *Institutiones divinarum et saecularium litterarum* (Instituições das literaturas divinas e seculares): texto marcante pela preocupação que o autor demonstrou com a função dos livros e com níveis diferenciados de leituras e de leitores (CRIPPA, 2004).

Nessa obra, Cassiodoro constitui uma espécie de “catálogo” ou “bibliografia”: na primeira parte trata dos autores cristãos da Bíblia e dos comentaristas, enquanto, na segunda parte, dá a definição das sete artes liberais, e os livros correspondentes a cada arte (RICHÉ, 2000).

No prefácio da obra, a distinção de Boécio para o conhecimento entre as sete artes liberais foi preservada, mas retórica e dialética receberam amplo tratamento. As citações feitas nesse trabalho revelaram a biblioteca adequada para o mosteiro: seria significativo que as obras de cosmografia, geografia, retórica, e literatura clássica tivessem lugar nas prateleiras da biblioteca, mas que não estivessem sobre a parte das Sagradas Escrituras, escritos patrísticos e histórias da Igreja. Os livros estariam guardados em nove prateleiras, e organizados não por autores, mas sim por assuntos (THOMPSON, 1939).

Com seus escritos Cassiodoro proporcionou à Idade Média uma espécie de guia para formação de bibliotecas: da seleção de dez obras históricas que indicou como indispensáveis a uma biblioteca monástica, nove se difundiram e acompanharam a Idade Média e, quando os

⁴ Romano de origem Síria, Cassiodoro fundou o mosteiro de Vivarium (Calábria), dedicado a Santo Martinho e que se tornou um verdadeiro centro de estudos.

humanistas do Renascimento opinavam sobre os textos a serem editados, a escolha recaía sobre as obras que o homem de Vivarium havia recomendado (OLIVEIRA, 1987).

Portanto, Cassiodoro tornou-se referência no desenvolvimento intelectual da Europa ao longo da Idade Média por estabelecer o primeiro *scriptorium* medieval, além dos princípios e práticas de organização de bibliotecas que permaneceram até a invenção da Imprensa (THOMPSON, 1939).

De simples inventários de bens, os bibliotecários passaram a compor e ordenar de maneira mais aperfeiçoada seus acervos: alguns ordenavam a partir da Bíblia, em seguida as obras dos Doutores da Igreja, passando aos tratados de teologia, literatura clássica, história, direito, medicina etc.

Segundo Mundó (1950), não podemos deixar de salientar um fato interessante: a menção que se faz aos livros sagrados nos catálogos das bibliotecas monásticas medievais. Ao passo que o título da lista quase nunca dá o nome de biblioteca ao conjunto dos livros ou depósito, um bom número desses catálogos começa por fórmulas parecidas com estas: *Bibliotheca V. et. N. Testamenti*, *Bibliotheca integra*, *Bibliotheca in duobus voluminibus*, *Bibliotheca duas*, *Bibliotheca*, etc., indicando claramente a Bíblia; e assim até o fim do Século XV, de modo que não é raro encontrarmos autores cristãos que empregam a palavra *bibliotheca* num sentido figurado para designar de uma maneira imagética o “acúmulo” na memória, a memória em si mesma ou ainda, às vezes, a sabedoria espiritual.

Embora tenha sido justamente a partir das Sagradas Escrituras que os elementos terminológicos e de organização da informação guardassem particularidades nas bibliotecas monásticas, os catálogos

[...] das bibliotecas medievais [...] estavam muito longe de se organizarem segundo os padrões dos fichários modernos – ou, na realidade, de quaisquer padrões uniformes. Refletindo o temperamento multiforme da cultura dos escribas, eles eram, na maior parte das vezes, organizados de modo idiossincrático, no intuito de ajudar um dos guardiões a encontrar, a seu modo, os livros buscados, que podiam repousar em armários ou arcas, como também podiam ficar acorrentados a carteiras, num aposento especial (EISENSTEIN, 1998, p. 81).

Porém aos poucos o catálogo vai se tornando auxiliar indispensável e compilador de informações à medida que traz indicações mais amplas.

O Catálogo da Biblioteca da Reading Abbey, por exemplo, foi escrito por monges no final do Século XII e registra aproximadamente 300 livros em sua posse, começando pelas

Bíblia e comentários sobre as Escrituras, algumas vezes acompanhando os nomes das pessoas que deram os manuscritos (DE HAMEL, 1994).

FIGURA 1 – Catálogo Medieval



(Fonte: DE HAMEL, 1994)

No Séc. XIII a Abadia de Savigny formou o primeiro catálogo inter-bibliotecas, reunindo seus livros e aqueles dos mosteiros da região.

Embora a preocupação na organização da informação e do conhecimento registrado já estivesse presente entre os medievais, é mais tarde que ela se coloca de forma latente e transformadora, tornando-se um problema.

Graças à proliferação impressa do escrito, o “excesso de informação” começa a reverter um panorama que, durante séculos, fora privilégio da cultura no Ocidente.

Se no princípio, os livros dos mosteiros eram guardados num armário colocado na Sacristia ou na própria Igreja e nesse armário consistia a própria biblioteca monástica durante os primeiros séculos da Idade Média, nos Sécs. XVII e XVIII houve uma mudança surpreendente na organização de bibliotecas e na atividade bibliotecária. Tais mudanças, inevitavelmente, afetaram a maneira de ler os livros, em decorrência do enriquecimento e diversificação das coleções particulares, dado aparecimento de livros menos caros e a multiplicação de materiais.

No período pós-medieval, lembremos das contribuições de Johannes Trithemius, Florian Treffer e Martin Kropff à organização dos livros no contexto beneditino.

Johannes Trithemius, O.S.B, (1462-1516) foi abade do mosteiro beneditino de Sponheim e publicou *Liber de scriptoribus ecclesiasticis* (1494): primeiro repertório biobibliográfico da Idade Moderna que, embora tenha esse título, não se limita às obras de escritores eclesiásticos no sentido estrito mas, no âmbito da civilização cristã, incorpora escritos filosóficos, científicos e literários (SERRAI, 1997b).

Trithemius também publicou *Catalogus illustrium virorum Germaniae* (1495) que foi um catálogo limitado à nacionalidade dos autores. A publicação foi seguida anos mais tarde por *Illustrium maioris Britanniae scriptorum* (1548) de John Bale, também no âmbito da bibliografia nacional.

No universo do conhecimento bibliográfico, além Trithemius, destaca-se Florian Treffer, O.S.B, (1483-1565) – bibliotecário e farmacêutico do mosteiro beneditino de Benediktbeuren, de 1539 a 1544.

Treffer definiu a estrutura e a função do catálogo em relação à Biblioteca, criando um método para ordenar e catalogar os livros. Trava-se de um método que, por valer-se do cuidado e da sabedoria do autor, tornou-se um verdadeiro guia para a estruturação e acesso à biblioteca claustral do Mosteiro (SERRAI, 1997a).

Em seu “manual biblioteconômico”, intitulado *Methodus Exhibens Variorum Indices* (1560), Treffer diz, claramente e com vigor, que o objetivo primário da uma biblioteca é servir a necessidade daquele que vai utilizá-la.

Assim, seu *Methodus* foi um método breve, fácil e adaptável, por poder ordenar qualquer biblioteca e por partir do princípio de que a pedra angular do sistema catalogador é o autor (SERRAI, 1997a).

Sendo o autor o fundamento para catalogar, portanto - para se registrar a organização e multidimensionar os modos de acesso à obra -, podemos supor que a chave de acesso aos livros nas bibliotecas destes beneditinos fosse o próprio autor. Era ele que dava a pista e que se tornava autoridade dentro da biblioteca beneditina (SERRAI, 1997a).

Treffer, ao qualificar em seu *Methodus* que a organização de uma biblioteca era o motivo central do valor bibliotecário, sugeriu a organização e a distribuição das obras em classes singularmente homogêneas, associando, por exemplo, Poética com Poética, Filologia com Filologia, etc. (SERRAI, 1997a).

Posteriormente à Trithemius e Treffer, não podemos desconsiderar as contribuições de Martin Kropff, O.S.B, que foi bibliotecário da Abadia de Melk, Áustria, de 1739 a 1763.

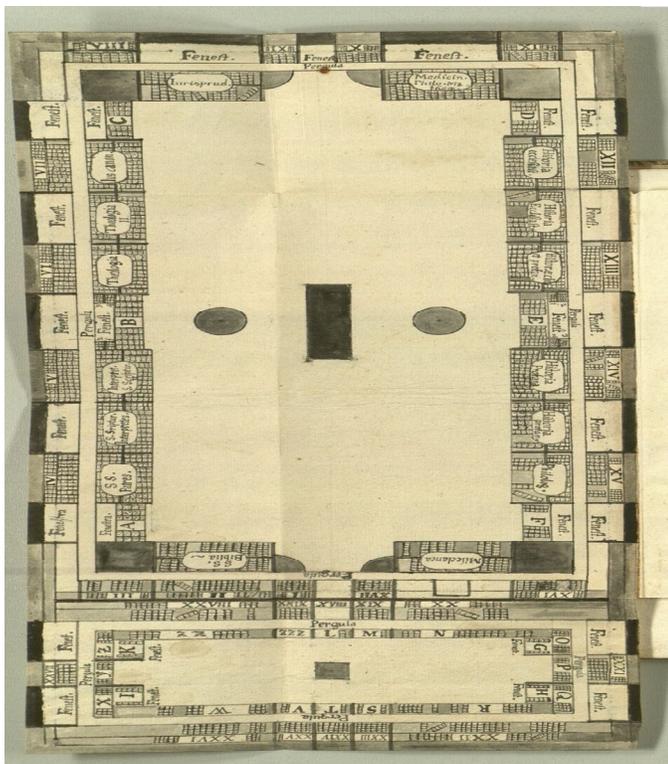
No seu tratado para a organização da suntuosa biblioteca beneditina da Abadia de Melk, intitulado *Ichnographia de Bene Ordinanda Onandaque Bibliotheca Mellicensi* (1751), Kropff forneceu detalhes interessantes sobre os princípios de ordem da biblioteca, concebendo, inclusive, um mapa com a distribuição e hierarquização entre as áreas do conhecimento.

Kropff (MDCCLI) organizou seu tratado em quatro partes: primeiro, delimitou as classes; segundo, desenhou o mapa-planta da distribuição das classes; terceiro, definiu os números de chamadas dos livros, que deveriam ser compostos por números e letras (delimitadores de estantes e de prateleiras) e, em quarto, descreveu a estrutura das fichas e como as mesmas deveriam remeter ao fichário.

Ichnographia traz, em linhas gerais, a classificação das obras da seguinte forma: 1º Bíblias (e seus comentários, constituindo a classe dos intérpretes); 2º Padres da Igreja; 3º Teologia e 4º História Profana (que incluía heráldica e diplomática) (KROPFF, MDCCLI).

Kropff, assim como Treffler, criou instruções para que se encontrasse as obras na Biblioteca da Abadia de Melk pragmaticamente com facilidade.

FIGURA 2 – *Ichnographia* de Kropff



(Fonte: KROPFF, MDCCLI⁵)

⁵ Agradecemos P. Gottfried Glassner, bibliotecário da Abadia de Melk, Áustria, por ter autorizado gentilmente a digitalização e a utilização desta imagem.

No fólho acima, vê-se o mapa da Biblioteca da Abadia de Melk, com a indicação das classes que deveriam configurá-la e as localizações das obras.

Em *Ichnographia* se observa também a importância dada ao *autor* quando Kropff elenca uma lista de autores beneditinos para demonstrar a erudição da Ordem Beneditina.

Embora se trate do contexto Europeu, que traz experiências distintas das bibliotecas beneditinas brasileiras, e que, portanto, precisam ser relativizadas, estas questões são importantes para pensarmos em que medida estas práticas culturais foram transferidas à Livraria de São Bento, no que toca à ordem dos livros.

A ORDEM DOS LIVROS NA LIVRARIA DE SÃO BENTO: FRAGMENTOS DO SENTIDO DE ORDEM A PARTIR DOS LIVROS ANTIGOS (SÉCS. XV-XVIII)

A ordem dos livros aqui considerada pretende se fazer sob a perspectiva da história social e cultural do livro, especificamente àquela ligada ao objeto e por meio dos sistemas de classificação instituídos pelo desenvolvimento da biblioteca e da ciência bibliográfica⁶.

Entendermos os princípios de ordenação, seja pela catalogação ou classificação, é central neste estudo já que podem conservar a terminologia e os modos de pensar do passado, além de nos permitir uma aproximação com a mentalidade da época.

Na documentação pesquisada e no contato empírico com os livros antigos não precisamos a ordem destes na *Livraria*, no entanto, o método indiciário nos auxilia na tentativa de reconstrução do sentido de ordem em questão.

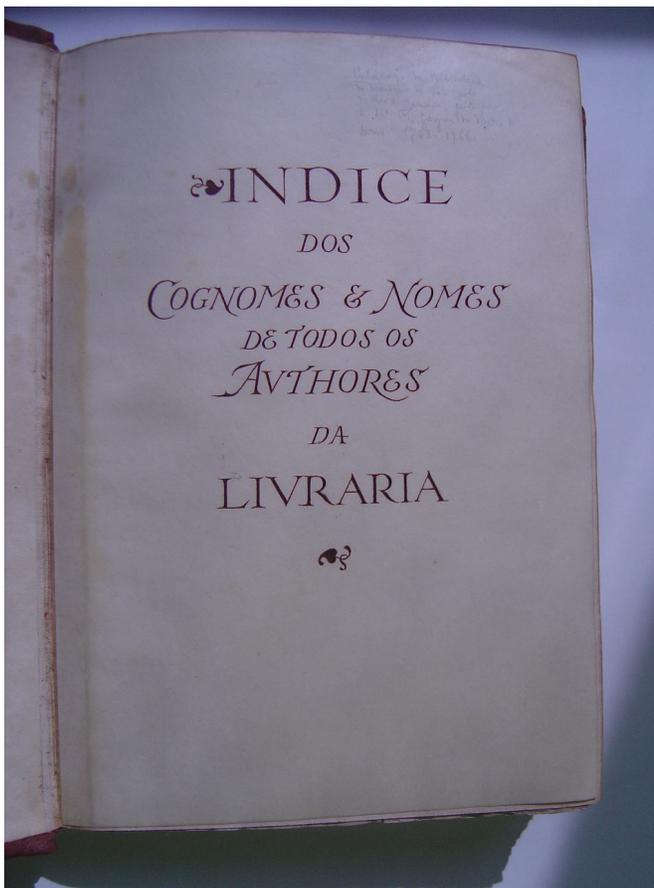
Trazendo os aspectos de ordenação mais próximos à realidade da *Livraria de São Bento*, destaca-se o *Índice dos Cognomes e nome de todos Authores da Livraria*⁷, que é o índice de autores e de livros que compuseram a *Livraria* do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, no período de 1763 a 1766.

Este documento na realidade é o agrupamento de quatro códices: *1 Índice dos Cognomes & Nomes de todos os authores da Livraria (fl. 1 - 45)*; *2 Índice de todos os authores da Livraria (fl. 47 - 205)*; *3 Índice Numérico dos Authores (fl. 207)* e *4 Índice de Algumas Matérias da Livraria (fl. 209 – 249)* (ARAÚJO, 2008).

⁶ Lembremos ser esta uma das dimensões da história social do livro de acordo com Chartier (1998).

⁷ Conforme já apontado, nas *Constituições* de 1629 há a recomendação de que ao bibliotecário caberia catalogar, por autor e título, todos os livros, indicando o lugar exato em que se achava o catálogo ou índice.

FIGURA 3 – *Índice dos Cognomes e nome de todos Autores da Livraria (Séc. XVIII)*



(ARAÚJO, 2008)

A primeira parte do Índice trata somente da relação dos autores em ordem alfabética, de modo que a ordenação é sobrenome, nome, conforme o quadro:

Quadro 1 - *Índice dos Cognomes & Nomes de todos os autores da Livraria*

<i>Índice dos Cognomes & Nomes de todos os autores da Livraria</i> (indicado no cabeçalho do fôlio 3)
D
Da Conceição Agostinho
Da Encarnação Miguel

(ARAÚJO, 2008)

No *Índice dos Cognomes* a entrada é feita pelo sobrenome, o que segue a ordenação de autores conforme tradição medieval (com os sobrenomes listados em um índice separado).

A segunda parte *Índice de todos os autores da Livraria* está organizada por ordem alfabética e dentro de cada letra a entrada é feita pelo nome do autor (e não sobrenome) seguido do título da obra. Os números identificados no canto esquerdo da coluna são

sequenciais e reiniciam a cada letra, ou seja, na letra **A** há a sequência de 1 a 195; na letra **B** de 1 a 29 e assim por diante:

Quadro 2 - Índice de todos os autores da Livraria

<i>Índice de todos os autores da Livraria</i> (indicado no cabeçalho do fôlio 63)			
A	Letra	Sena	Num.
157 Antonio Laura, da Ord. Dos Preg. Sermão na Canonização de S. João da Cruz, vide [...]	O	III	
160 Antonio Vieira, da Comp de J. Sermoens Varios. Tomo 1, 2, 3, 4, 5, 7, 11, 12 e 14.	F	IV	

(ARAÚJO, 2008)

Quadro 3 - Índice de todos os autores da Livraria

<i>Índice de todos os autores da Livraria</i> (indicado no cabeçalho do fôlio 81)			
C	Letra	Sena	Num.
54 Cornelius Morgarinur. Bullarium Carinense. 2 tomos.	D	III	20

(ARAÚJO, 2008)

Quadro 4 - Índice de todos os autores da Livraria

<i>Índice de todos os autores da Livraria</i> (indicado no cabeçalho do fôlio 125)			
J	Letra	Sena	Num.
136 João Batista des Antonio, Frade Menor Leigo. Paraizo Seraphico plantado nos santos lugares da Redempção [...]	N	II	5
140 João Cardoso de Miranda. Relação cirúrgica e Medica e Novo Metodo de curar escobuto, ou mal de Manda	L	I	

(ARAÚJO, 2008)

Já a terceira parte *Índice Numérico dos Autores* indica a quantidade de autores que há em cada letra do alfabeto:

Quadro 5 - Índice Numérico dos Autores

<i>Índice Numérico dos Autores</i> (indicado no cabeçalho do fôlio 207)			
A	189	Autores	
B	75	Autores	
C	57	Autores	
D	50	Autores	

(ARAÚJO, 2008)

A quarta parte, *Índice de Algumas Matérias da Livraria*, é a relação das matérias ou assuntos da *Livraria*, embora haja a indicação de autores:

Quadro 6 - Índice de Algumas Matérias da Livraria

<i>Índice de Algumas Matérias da Livraria</i> (indicado no cabeçalho do fólio 209)			
A	Letra	Sena	Num.
Academias dos singulares de Lisboa em 4 tomos 2 em um volume	L	II	
Antonio Vieira, da Comp de J. Sermoens Vários. Tomo 1, 2, 3, 4, 5, 7, 11, 12 e 14.	F	IV	

(ARAÚJO, 2008)

É muito importante destacarmos a questão do *autor* como *assunto* neste último Índice, assim como a utilização de letras e números (“letra” e “sena”) no segundo e no quarto Índice para indicar a localização das obras nas estantes e prateleiras, pois estes princípios vão ao encontro de Treffler e Kropff.

A ideia de *autor* aqui está diretamente ligada à composição dos catálogos na medida em que *autor* torna-se a palavra-chave fundamental no contexto das bibliotecas beneditinas e um canal de acesso aos livros. Ou seja, o *autor* transforma-se em um elemento informacional na composição teórico-prático do catálogo em função da possibilidade de representar ou mesmo materializar os saberes.

Embora não desejemos aprofundar esta questão, bem sabemos das considerações de Michel Foucault sobre o *autor* e seu *apagamento*, assim como do paradoxo que esta discussão traz quando ele traz para o centro aquilo que desejaria estar fora dele, como a própria ideia de autoria de seus textos.

Ao pensarmos na ordem dos livros e nos catálogos beneditinos estamos próximos da concepção *função-autor* de Foucault, ainda que partamos de outro momento histórico:

Restringindo a função-autor ao âmbito de livros e textos, pode-se nela reconhecer certas características, duas das quais escolho destacar. Por um lado, a função-autor não resulta simplesmente da espontânea “atribuição de um discurso a um indivíduo”, mas “de uma operação complexa” que tem por efeito um “ser de razão”, portanto construído, e segundo determinadas regras (por exemplo, o autor é definido “como um certo nível constante de valor”; “como um certo campo de coerência conceptual ou teórica”; “como unidade estilística”; “como momento histórico definido e ponto de encontro de um certo número de acontecimentos”). Por outro lado, e complementarmente, não apenas efeito de uma construção, o autor é também sinalizado e definido pelos próprios textos que, por sua vez, podem remeter, não a um indivíduo singular, mas a uma “pluralidade de egos” ou a “várias posições-sujeitos” (por exemplo, uma é a posição-sujeito do autor que fala em um prefácio, outra a do que argumenta no corpo de um livro, outra, ainda, a que avalia a recepção da obra publicada ou a esclarece (MUCHAIL, 2002, p. 131).

Os fundamentos desenvolvidos pelos beneditinos da Europa Moderna (e mesmo da Europa Medieval) foram adotados na *Livraria de São Bento* já que na contemporaneidade vemos alguns sinais de organização bastante próximos dos já expostos até aqui.

Na Biblioteca contemporânea do Mosteiro de São Bento de São Paulo é adotado, em grande parte do acervo, o sistema de fichas catalográficas por entrada de autor (em ordem alfabética) para catalogação e o arranjo fixo para classificação.

O arranjo fixo, no contexto beneditino, é um sistema de classificação em que as obras são agrupadas por áreas do conhecimento e, diferentemente dos sistemas decimais, não permite mobilidade das obras nas prateleiras e não as agrupa necessariamente pelos seus assuntos dentro das áreas do conhecimento. Ou seja, uma vez aplicado o código de classificação de arranjo fixo, a obra sempre deverá permanecer no mesmo local e não mudar de posição conforme a inserção de novas obras nas prateleiras.

No caso da Biblioteca do Mosteiro de São Bento, o número de chamada de um livro classificado pelo arranjo fixo é composto pelo nome da área, número da estante e letra da prateleira, como por exemplo “Monaquismo, 3 D” (que significa área Monaquismo, terceira (3) estante e quarta (D) prateleira).

Temos a hipótese de que esta mesma referência classificatória fosse adotada no passado *Livraria*. A título de nota, vemos que este sistema, com pequenas variações, ainda é utilizado em muitas bibliotecas beneditinas, o que pode nos indicar um elemento classificatório recorrente⁸.

Outra chave para pensarmos a ordem dos livros na *Livraria* se dá pelo próprio papel que o bibliotecário deveria exercer já que tinha aos seus cuidados todos os livros do Mosteiro com exceção dos livros para o culto divino, como Missais, Graduais, Antifonais e outros livros referentes ao coro:

A respeito da distribuição e ordem dos livros existem vários sistemas admissíveis; o principal, porém, deve ser que os irmãos possam encontrar sem dificuldades e perda de tempo, o que precisam para os seus trabalhos. Para isso é aconselhável de afixar, nas proximidades da entrada, o sistema que se está seguindo, indicar as diversas categorias de livros por taboetas, e não se afastar do sistema sem motivo grave. Os livros proibidos pelas Const. De Leão 13 – *Officiorum et numerum* – assim como as obras as quais o Superior quer tratadas da mesma maneira, devem ser conservadas num

⁸ Para aprofundamento do tema, ver: ARAÚJO, André de. **Bibliotecas Monásticas Beneditinas: suas características na contemporaneidade.** 2001. 207 f + anexos. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Biblioteconomia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília/SP, 2001. Não publicado.

compartimento à parte, e poderão ser entregues somente com permissão especial do Superior. Conforme as prescrições das Constituições – Decl. 29 para o capítulo 32 da santa Regra – o Bibliotecário fará um catálogo de todos os livros. Esse deve ser múltiplo: um catálogo de entrada, que apresentará todos os livros, conforme a sua entrada, um catálogo conforme os autores, um conforme os títulos, e um conforme a matéria. (O BIBLIOTECÁRIO, 1900, f. 131).

A partir da multiplicidade do catálogo (autor, título, assunto), podemos considerar que a mesma base fosse aplicada à *Livraria*, pois embora esta questão tenha sido observada em documentação de 1900 de São Paulo, ela já era uma prática do Séc. XVIII, como vimos no *Indice dos Cognomes e nome de todos Authores da Livraria* do Mosteiro do Rio de Janeiro, e mesmo uma prática medieval, ao menos no que se refere à organização de inventários por ordem alfabética de autor.

Reconhecemos a necessidade de aprofundamento da ordem dos livros na perspectiva classificatória. Esta abordagem pode ser enriquecida ao somarmos as impressões de nosso estudo com as teorias de classificação bibliográfica adotada pelos beneditinos e pelas bibliotecas daquele tempo.

Ainda sim não podemos deixar de considerar as possíveis arbitrariedades que estão em torno de qualquer sistema de classificação, seja dos seres, das ciências, das informações ou dos livros (POMBO, 2006).

Temos a hipótese de que os princípios classificatórios da *Livraria* espelhavam as decisões intelectuais dos monges-bibliotecários a partir dos saberes intrínsecos à cultura beneditina e que estes princípios modularam de certo modo de acordo com a dessacralização do saber.

O fato de na *Livraria* ter ocorrido, a partir do Séc. XVIII, a ampliação de obras em latim para obras em línguas nacionais e de obras de Teologia para obras de ciências em geral é um sinal deste movimento de dessacralização.

Neste âmbito podemos supor, a respeito da ordem bibliográfica na *Livraria de São Bento*, que os procedimentos de organização levaram a novas formas de conhecimento, assim como estes levaram a novos modos de organizar a *Livraria* já que seus livros deveriam ser classificados conforme as articulações intelectuais da época.

CONSIDERAÇÕES

A *Livraria de São Bento* espelha princípios de ordem relacionados à cultura livresca dos beneditinos (originada no Medievo) e às tradições bibliográficas beneditinas da Europa Moderna, dando aos livros e às bibliotecas espaços privilegiados no cotidiano monástico.

Nesta perspectiva, o Mosteiro de São Bento manteve uma *Livraria* em que monges-bibliotecários (ou monges-bibliógrafos) preocupavam-se não só em adquirir e conservar seus livros, mas também em organizá-los e acessá-los.

A ordem dos livros na *Livraria* mantém vínculos com as articulações intelectuais de seu tempo, bem como com as relações de controle e de poder - aspectos fundamentados nas raízes trans-medievais da *Livraria* e no modelo recorrente de bibliotecas claustrais.

A contribuição deste estudo para Organização e Representação do Conhecimento está na possibilidade de ampliarmos os debates sobre a Organização do Conhecimento pelo viés da História Cultural, uma vez que esta área nos permite, de forma multidisciplinar, relativizar elementos teóricos e práticos já cristalizados, bem como investigar o modo como em diferentes lugares e temporalidades uma realidade social e cultural é construída.

Abstract

The work discusses the order of the old books from Saint Benedict's Old Library (old name for the Library of Saint Benedict's Monastery of São Paulo). To this end, the theoretical-methodological literature comes not only from historical bibliography and Cultural History, but also of the initial study of the organization and catalogs of benedictine libraries in the medieval and post-medieval context and its intersection with the characteristics of old books, of 15th-18th centuries, which today are in the Library. The research indicates the existence of an "order the books" (*ordo librorum*) based both on the book culture of the Benedictines (originated in the Middle Ages) as the bibliographical benedictine traditions of Modern Europe. In this perspective, the Monastery kept a Old Library where monks-librarians (or monks-bibliographers) concerned themselves not only to acquire and conserve your books, but also organize them and access them. The Old Library's bibliographical order maintains links with joints intellectuals of their time, as well as relations of power and control - aspects based on trans-medieval roots of the Old Library and the recurrent model of cloistered libraries.

Key-words

Order of Books; Historical Bibliography; Library of Saint Benedict's Monastery (History) – 16th-18th century - São Paulo; Benedictine Libraries; Bibliographers; Benedictine Librarians; Monastic Culture; Saint Benedict's Old Library.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, André de. **Dos livros e da leitura no Claustro:** elementos de história monástica, de história cultural e de bibliografia histórica para estudo da Biblioteca-Livraria do Mosteiro de São Bento de São Paulo (Sécs. XVI-XVIII). 2008. 343 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10022009-124405/>>. Acesso em: 30 jul. 2009.

O BIBLIOTECÁRIO. In: DIRETIVAS para os oficiais do Mosteiro. Beuron: [s.n.], 1900. [Datilografado].

CHARTIER, Roger. Bibliografia e história cultural. In: _____. **À beira da falésia:** a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. p. 243-254.

_____. **A história cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990. p. 16-17.

_____. **A ordem dos livros:** leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. 111 p.

CRIPPA, Giulia. Um bibliotecário em sua biblioteca: Cassiodoro e os leitores ideais na Idade Média. **Memorandum:** memória e história em psicologia, Belo Horizonte, n. 7, out. 2004. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos07/crippa01.htm>>. Acesso em: 07 nov. 2006.

_____. Entre ciência e humanidades: o problema da ordem da memória da/para a Ciência da Informação. IN: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro: IBICT, 2010. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/xi/enancibXI/paper/view/40>>. Acesso em 10 jun. 2012.

DE HAMEL, Christopher. Books for monks. In: _____. **A history of illuminated manuscripts.** London: Phaidon Press Limited, 1994. cap. 3, p. 74-107.

EISENSTEIN, Elizabeth Lewisohn. **A revolução da cultura impressa:** os primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Ática, 1998.

JOHNSON, Dom Martinho (O.S.B.). **Cultura monástica através de um documento setecentista:** Plano e Regulamentos dos Estudos para a Congregação de S. Bento de Portugal incluindo o Brasil - 1789. 1975. 152 f. Dissertação (Mestrado em História dos Tempos Modernos) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1975.

KROPFF, P. Martin (O.S.B.). **Ichnographia de Bene Ordinanda Onandaque Bibliotheca Mellicensi.** Melk: [s.n.], MDCCLI.

MUCHAIL, Salma Tannus. Michel Foucault e o dilaceramento do autor. **Margem**, São Paulo, n. 16, dez. 2002. p. 131. Disponível em: <<http://www.naxanta.org/~dedeco/dilaceramentodoautor.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2008.

MUNDÓ, Anscari. “Bibliotheca”: Bible et lecture du Carême d’après Saint Benoît. **Revue Bénédictine**, Belgique, année 65, t. 60, p. 65-92, 1950.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **A fascinante história do livro: Idade Média**. Rio de Janeiro: Kosmos, 1987. v. 3. p. 29.

PINHEIRO, Ana Virginia. **A ordem dos livros na Biblioteca: uma abordagem preliminar ao Sistema de Localização Fixa**. Rio de Janeiro: Interciência ; Niterói: Intertexto, 2007. 66 p.

PLANO e Regulamentos dos Estudos para a Congregação de S. Bento de Portugal – Primeira Parte. Lisboa: Na Régia Oficina Tipográfica, MDCCLXXXIX.

POMBO, Olga. **Da classificação dos seres à classificação dos saberes**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2006. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/opombo-classificacao.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2008.

RICHÉ, Pierre. As bibliotecas e a formação da cultura medieval. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Org.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. pt. 3, p. 246-256.

SÃO BENTO. **A Regra de São Bento**. Tradução e notas de Dom João Evangelista Enout (O.S.B). 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Lúmen Christ, 1980. 120 p. Edição Bilíngüe Latim-Português.

SERRAI, Alfredo. Florian Treffler. In: MIGGIANO, Gabriella (Dir.). **Storia della bibliografia VII: storia e critica della Catalogazione Bibliografica**. Roma: Bulzoni Editore, 1997a. v. 7, p. 115-134.

_____. Johannes Trithemius. In: MIGGIANO, Gabriella (Dir.). **Storia della bibliografia VII: storia e critica della Catalogazione Bibliografica**. Roma: Bulzoni Editore, 1997b. v. 7, p. 51-59.

THOMPSON, James Westfall. **The medieval library**. Chicago: University of Chicago Press, 1939. p. 594-595.

VILLALTA, Luiz Carlos. Os leitores e os usos dos livros na América Portuguesa. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado das letras: Associação de leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 2002. p. 183-212.